

**NAS TRILHAS DE UMA AUTOBIOGRAFIA POLÍTICA:
UMA ANÁLISE DAS BIOGRAFIAS DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA**

Rildo Bento de Souza¹

Resumo: Pretende-se, neste artigo, analisar duas biografias do médico e político goiano Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), quais sejam, *A vida de Pedro Ludovico: fundação de Goiânia* (1ª edição 1992; 2ª edição 2004) de José Mendonça Teles e *Tu és Pedro: uma biografia de Pedro Ludovico Teixeira* (2016) de Hélio Rocha. O que almejo demonstrar é que os dois livros, com poucas alterações substanciais, percorreram o caminho trilhado pelo próprio Pedro Ludovico na sua autobiografia intitulada *Memórias* que foi publicada em 1973. Nesse sentido, tomaremos como exemplo as construções narrativas dos motivos que levaram Pedro Ludovico a lutar na Revolução de 1930 e as suas primeiras ações no governo do Estado, como Interventor.

Palavras-Chave: biografia; autobiografia; memória; Goiás.

**ON THE TRACKS OF A POLITICAL AUTOBIOGRAPHY:
AN ANALYSIS OF PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA'S BIOGRAPHIES**

Abstract: The purpose of this article is to analyze two biographies of the doctor and politician from Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), namely, *A vida de Pedro Ludovico: fundação de Goiânia* (1st edition in 1992; 2nd edition in 2004) by José Mendonça Teles and *Tu és Pedro: uma biografia de Pedro Ludovico Teixeira* (2016) by Hélio Rocha. I aim at demonstrating that the two books, with a few substantial changes, followed the path covered by Pedro Ludovico himself in his autobiography entitled *Memórias* that was published in 1973. In this sense, we will take as an example the narrative constructions of the reasons that led Pedro Ludovico to fight in the Revolution of 1930 and his first actions in the state government, as Interventor.

Keywords: biography; autobiography; memory; Goiás.

**EN LAS SENDAS DE UNA AUTOBIOGRAFÍA POLÍTICA:
UN ANÁLISIS DE LAS BIOGRAFÍAS DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA**

Resumen: Este artículo pretende analizar dos biografías del médico y político goiano Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), a saber: *A vida de Pedro Ludovico: fundação de Goiânia* (1.ª edición 1992; 2.ª edición 2004) de José Mendonça Teles y *Tu és Pedro: uma biografia de Pedro Ludovico Teixeira* (2016) de Hélio Rocha. El objetivo es demostrar que ambos libros, con pocas alteraciones sustanciales, recorrieron el camino transitado por el propio Pedro Ludovico en su autobiografía titulada *Memórias*, que fue publicada en 1973. En este sentido, tomaremos como ejemplo las construcciones narrativas de los motivos que llevaron a Pedro Ludovico a luchar en la Revolución de 1930 y sus primeras acciones en el gobierno del Estado, como Interventor.

Palabras clave: biografía; autobiografía; memoria; Goiás.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar duas biografias do médico e político goiano, Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), quais sejam, *A vida de Pedro Ludovico: fundação de Goiânia* (1ª edição 1992; 2ª edição 2004) de José Mendonça Teles² e *Tu és Pedro: uma biografia de Pedro Ludovico Teixeira* (2016) de Hélio Rocha³. Esses dois livros, com poucas alterações substanciais, percorreram o caminho trilhado pelo próprio Pedro Ludovico na sua autobiografia intitulada *Memórias* que foi publicada em 1973. Destaca-se que o objetivo das obras se destina ao público escolar, no primeiro caso, e ao grande público, no segundo. Pressuponho que, ao entregar tais obras, os autores procuraram reforçar a versão dos fatos de Pedro Ludovico ao mesmo tempo em que celebram e consagram a sua história e memória.

A partir do exposto, o artigo está dividido em três partes, a primeira se detém a um estudo da obra *Memórias*, de Pedro Ludovico Teixeira, permeando questões teóricas sobre autobiografia e memória. Na segunda parte, a partir das discussões a respeito da biografia, analiso, brevemente, as obras dos intelectuais goianos José Mendonça Teles e Hélio Rocha. Por fim, na terceira parte, destaco as *trilhas* que as biografias percorreram a partir da autobiografia citando, como exemplo, o processo revolucionário de 1930 e as primeiras ações de Pedro Ludovico no governo, como Interventor.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (2015). Atualmente é professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás Email: rildobento@gmail.com

² José Mendonça Teles (1936-2018), bacharel em Direito, professor universitário, ficcionista, ensaísta, e poeta, autor de mais de trinta livros, foi membro da Academia Goiana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, e da Academia Goianiense de Letras, dentre outras associações culturais.

³ Hélio Rocha (1940-) é jornalista e escritor. Membro da Academia Goianiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Porém, faz-se necessário uma pequena nota biográfica de Pedro Ludovico a fim de justificar a sua importância para a história de Goiás. Nascido em 1891, na Cidade de Goiás, então capital do Estado, saiu, aos dezenove anos, com destino ao Rio de Janeiro para estudar engenharia. Na então capital do País, mudou de ideia, dedicou-se à medicina, e formou-se em 1916. Ao retornar a Goiás, passou um período em Bela Vista, logo depois em Trindade e, finalmente, se estabeleceu em Rio Verde, no sudoeste goiano, em 1917. No ano seguinte, casou-se com Gercina Borges Teixeira, filha do coronel e então senador estadual Antônio Martins Borges, que se opunha à situação política goiana, que era comandada pela família Caiado.

De 1917 a 1930, quando assumiu a Interventoria Federal após a Revolução de 1930, Pedro Ludovico dedicou-se à medicina e ao jornalismo, já que fora editor do Jornal *O Sudoeste*, onde combatia seus adversários políticos. Nas eleições de 1930, viu fracassar a sua tentativa de ingressar à Câmara Federal, embora tenha sido o mais votado entre os candidatos da oposição. Em outubro, com a vitória da Aliança Liberal, da qual participara dos combates em Goiás, foi nomeado Interventor Federal e permaneceu quinze anos ininterruptos como chefe do executivo estadual.

Nesse período pôde consolidar a sua principal bandeira política: a construção de Goiânia que, em 1937, tornou-se a nova capital do Estado, em detrimento da Cidade de Goiás. Ademais, foi senador, governador e novamente senador até 1968, quando, por meio do Ato Institucional n.º 5 (AI-5)⁴, teve os seus direitos políticos cassados. Durante o período de ostracismo político, lançou a sua autobiografia em 1973, ficou viúvo em 1976 e morreu devido a problemas cardíacos em sua residência em 16 de agosto de 1979.

A autobiografia de Pedro Ludovico Teixeira

O relato autobiográfico “se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Isso posto, a autobiografia encontra-se entre o discurso da história “por seu feito memorialístico, sua relação com um certo passado e, sobretudo, por sua ficção de credibilidade”, e o discurso do sujeito “pelo espaço egocêntrico que parecia instaurar”. Ademais, a “autobiografia simula que todo é todo acontecido” (JOZEF, 1998, p. 299-300).

Para além dos fatos que lhe sustentarão, a narrativa do autor autobiográfico também seleciona a sua própria versão desses fatos, e coloca-se como o juiz do próprio passado. Nesse sentido, Pedro Ludovico se configura como um “senhor da memória e do esquecimento”, que “é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003, p. 422).

Como um político importante para o Estado, que construiu uma nova capital, Goiânia, e que esteve por tanto tempo no poder, é perfeitamente justificado que Pedro Ludovico quisesse que a sua versão dos fatos se perpetuasse. Há de se ressaltar, também, que ele encontrava-se em um contexto adverso, com os direitos políticos cassados e tornado *persona non grata* pelo Regime Militar, o que o fez vivenciar um período de ostracismo dos centros de decisões políticas que durou até o fim da vida. Nesse período, pressupomos, Pedro Ludovico resolveu se apegar ao passado não somente para contrapor ao presente, mas para que a sua importância histórica e política fosse reconhecida. Para isso, provavelmente, ele deve ter lido e relido, várias vezes, suas anotações que ocorriam ao final do expediente sobre os acontecimentos do dia, e reexaminado esse passado à luz do presente e do contexto em que vivia.

Contudo, Pedro Ludovico, ainda que tenha anotado os acontecimentos de cada dia, ao escrever um livro de memórias, em 1973, procurou filtrar os fatos, selecionando-os como em qualquer biografia. Para além da simples transcrição, suas anotações traduzem valores, ideias, tradições e comportamentos que permitem tanto recuperar formas de ser e agir do seu grupo social, naquela época histórica, como também passa a operar sobre as representações que desses momentos ainda perduram e que atuam como elemento da harmonia social (BARRETO, 2001, p. 23).

Parto do princípio de que a sua autobiografia fora inspirada na trajetória do herói. De menino do interior a médico na capital do País. De preso político a Interventor e depois Governador. De vice-presidente do Senado ao ostracismo. Essas são as linhas narrativas que Pedro Ludovico construiu para a sua vida,

⁴ “O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabeleceram-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos. A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 constituiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal” (FAUSTO, 2010, p. 265).

entrecortadas pelo casamento e, principalmente, pela construção de Goiânia, que perpassa toda a obra e que constitui o seu principal legado político.

Ao diferenciar memória autobiográfica e memória histórica, Maurice Halbwachs salienta que a “primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral”, embora nossas vidas sejam bem mais contínuas e densas que a memória “resumida e esquemática” da história; os acontecimentos históricos, nesse sentido, executariam a função de “auxiliares de nossa memória”. Por isso, ainda não estamos “habitados a falar da memória de um grupo”, sem que esta esteja “ligada a um corpo ou a um cérebro individual”. Outrossim, nossa memória individual não está “isolada e fechada”; para evocarmos o nosso passado, temos, frequentemente, a “necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade”. É o que o autor denominou de “memória emprestada” (HALBWACHS, 1990, p. 53-56).

Para a construção de sua narrativa autobiográfica, Pedro Ludovico se vale, para além das suas anotações, a uma “memória emprestada” de vários documentos oficiais, como decretos e leis por ele estabelecidos, além de bilhetes, cartas, depoimento de amigos, transcrição de discursos proferidos na sua atuação política e matérias jornalísticas. É a partir disso que ele se situa no tempo e no espaço, e reconstrói os fatos selecionados.

Em 1973, seu livro foi publicado e, de acordo com a nota “esclarecimento ao leitor” da segunda edição, o editor Paulo Dias de Araújo ressalta que a “sua primeira edição não foi bastante para quem desejou um exemplar, a partir da noite de autógrafos, quando ele foi entregue ao público”. Por isso, tiveram de garantir uma segunda tiragem menos de um mês depois da primeira. O sucesso foi explicado como um gesto de “gratidão de Goiás a quem dedicou toda a sua vida ao seu serviço, sem visar a interesses outros senão ao bem-estar comum, ao progresso de sua terra”. A segunda edição foi feita pela Editora Cultura Goiana, criada para “editar e divulgar os escritores goianos”. A inauguração da editora ocorreu justamente com o livro *Memórias* de Pedro Ludovico, que, ainda nas palavras do editor, possui um “extremado amor a esta terra, (...) sua fidelidade aos amigos e a grande compreensão demonstrada com seus adversários e contraditores (porque inimigos ele não os tem, pelo menos entre os seus opositores)” (ARAÚJO, 1973, p. 7-8).

O sucesso do livro reforçou o apelo que a figura de Pedro Ludovico exercia sobre Goiânia e seus habitantes. Em seu livro, há uma apaixonada narrativa da sua trajetória pessoal e, principalmente, política, em que a memória pessoal intercala-se com transcrições de documentos ou testemunhos de amigos buscando dar credibilidade aos fatos narrados.

Ademais, há de se ressaltar que “os processos da memória, a recordação e o esquecimento — e sua manifestação como literatura — implicam uma teoria ficcional do ato autobiográfico e do texto que é sua consequência” (JOSEF, 1998, p. 299). Pelo contexto em que fora escrita, pressuponho que o objetivo de Pedro Ludovico com o livro era o de criar mais um marco, cujo principal era a própria cidade de Goiânia, a fim de garantir, para além do seu espaço na história e na memória, a perpetuação do seu discurso e da sua versão dos fatos, tecendo uma trama que tinha por objetivo o reconhecimento e a exaltação dos seus feitos.

Em seu livro, ele narra, rapidamente, sua infância; a vida que se descortinou no Rio de Janeiro, onde fora para estudar; a volta para o Estado de Goiás; a passagem por Bela Vista, Trindade, até chegar em Rio Verde; o casamento, e, por fim, a política, com destaque ao processo revolucionário em 1930.

Já os fatos narrados, detalhando sua participação na Revolução de 1930, teve o objetivo de consagrar sua atuação, dando a ela uma dimensão quase mítica. Ao revisitar o passado onde recorreu à luta armada e teve o protagonismo que o garantiu no poder por várias décadas, Pedro Ludovico sustentou que o presente — no caso em análise a década de 1970 — representou o contrário de tudo o que havia lutado. Na trama das memórias, pressupomos que a história anterior a 1930 era a mesma que o pós 1964 desvelava; sua luta como um revolucionário tinha o objetivo de afirmar que era possível vencer aquele cenário e, ao esmiuçar sua participação no ocorrido, propunha o roteiro para que os outros pudessem se levantar (SOUZA, 2018, p. 101).

As 22 páginas que Pedro Ludovico reservou para discutir a sua formação como um revolucionário e a própria Revolução de 1930 evidenciaram o grau de importância desse evento dentro das suas memórias. Outrossim, observa-se que, a título de comparação, os primeiros quinze anos de vida de Pedro Ludovico ocupam somente quatro páginas. O seu livro, portanto, não é uma autobiografia tradicional, é uma autobiografia política. A sua maior preocupação é mostrar o seu legado político. Apenas 25 páginas foram gastas, por exemplo, para narrar a sua vida durante 39 anos, entre 1891 a outubro de 1930; um pouco mais que o dobro do que ele gastou para contar, pormenorizadamente, como ocorreu o processo revolucionário e como ele chegou ao poder.

Ademais, há de se destacar outro dado interessante: em relação às 313 páginas da autobiografia de Pedro Ludovico, 187 foram dedicadas para narrar, minuciosamente, todo o processo de idealização, construção

e inauguração de Goiânia. Esse período abrange de 1933, quando ele venceu as eleições indiretas para governador, até 1942, quando ocorreu o Batismo Cultural. Assim como em toda a obra, suas memórias estão entrecortadas por seus discursos políticos em momentos importantes nesse processo, bem como de artigos de opinião de escritores e intelectuais parabenizando-o, e defendendo a construção da nova capital. “Depois de 1942, quando se inaugurou Goiânia, até outubro de 1945, nada de interessante, de extraordinário, na minha vida de político e de administrador. Foi uma atuação de rotina que se verificou...” (TEIXEIRA, 1973, p. 237-238).

A sua autobiografia se centra na sua atuação política. “Devendo expirar meu mandato em 31 de janeiro de 1963, candidatei-me ao Senado Federal pela terceira vez, nas eleições de 7 de outubro de 1962 (...) obtendo 197.707 votos e alcançando um mandato de 8 anos” (TEIXEIRA, 1973, p. 241). Assim, Pedro Ludovico encerra suas memórias, para logo depois escrever sobre alguns fatos, pessoas e homenagens que recebeu fora do Estado de Goiás. Em seguida, as últimas 51 páginas foram ocupadas por transcrições dos seus discursos no Senado entre 1958 a 1964, ou seja, até o Golpe Militar.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, para Pedro Ludovico, a sua vida somente fazia sentido dentro do campo de ação política; e o que valia a pena ser revelado de sua vida, que o tornava diferente dos demais homens, era enquanto detinha o poder, ou seja, de 1930 a 1968. Isolado e com os direitos políticos suspensos, Pedro Ludovico, possivelmente, percebeu que a sua autobiografia o recolocaria, pelo menos, na memória de quem o lesse, dentre os grandes personagens da história política de Goiás. “A autobiografia é a experiência textual de alguém que quer contar sua vida para dizer quem é. Toda obra é uma forma de escrever-se, de permanecer nos espaços da memória, na arqueologia da recordação” (JOZEF, 1998, p. 298-300).

A vida de Pedro Ludovico era a política, e a sua vida, antes da política, não merecia longas narrações, nem profundidade. Nos seus primeiros 39 anos de vida, narrados nas primeiras 25 páginas, observa-se, apenas, a construção do caráter e da carreira de um indivíduo: a educação em Goiás e no Rio de Janeiro, a volta, o trabalho, o casamento, e o início da participação política. Sua vida estava intrinsecamente ligada aos seus feitos políticos. A sua memória, portanto, não dizia respeito somente a si mesmo, era a memória de uma cidade criada por ele, Goiânia. Nessa perspectiva, seu livro foi pensado para colocar o leitor frente à construção de um indivíduo singular, e, às vezes, onipresente. Seus dramas privados foram escondidos para dar lugar ao homem público.

Pela análise da obra *Memórias*, percebemos que Ludovico, de certa forma, sente-se vítima de um presente — Ditadura Civil Militar — que o prejudica e fere sua liberdade. Desta feita, constrói para si a imagem de um homem justo, honesto, inocente, mas, explicitamente, não rotula os militares. Entretanto, o ressentimento, o sentimento de hostilidade é manifesto na tentativa de reconstruir um passado em que acredita ter sido glorioso (FERNANDES, 2013, p. 56).

Esse passado glorioso de Pedro Ludovico ocorreu devido a uma série de fatores históricos, que, independente da sua atuação, aconteceriam. O contexto nacional, com a vitória dos revolucionários, produziu os seus heróis locais em diversos pontos do País (SANDES, 2003). Em Goiás, isso não seria diferente. No Estado, de acordo com o livro *Memórias*, a Revolução de 1930 tinha nome e sobrenome: Pedro Ludovico Teixeira.

As biografias de Pedro Ludovico Teixeira

A narrativa da vida de alguém é sempre envolta em subjetividades, uma vez que ela serve a determinados interesses. A biografia “é uma narrativa oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem” (ALMEIDA, 2014, p. 294). Outrossim, uma biografia pode ser compreendida como uma “criação artificial de sentido”, uma vez que há uma seleção intencional dos “acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência” (BOURDIEU, 2006, 185).

Nessa perspectiva, “a noção de *trajetória*” deve ser entendida como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Porém, não se deve compreender uma trajetória sem construir previamente “o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado — pelo menos em certo número de estados pertinentes — ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2006, p. 189-190).

Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Com isso, a biografia certamente não incorrerá nas críticas da qual ela foi vítima desde o surgimento do movimento dos *Annales*, quando não a colocaram dentro de uma “história-problema”, uma vez que “elas seriam meras narrativas cronológicas, factuais, sem preocupações explicativas e analíticas”, além de se ocupar com os “grandes homens, os representantes das elites políticas, militares e intelectuais, relegando à obscuridade os indivíduos das classes populares” (SCHMIDT, 2003, p. 65-66).

Em relação a Pedro Ludovico Teixeira, que se enquadra na categoria de representante da elite política goiana, não houve, até o momento, nenhum movimento da historiografia em lhe conferir uma narrativa biográfica pautada em intensa análise de documentos, crítica e relação com o contexto. Ou seja, ainda não foi possível vislumbrar uma *trajetória*, na acepção de Bourdieu, do construtor de Goiânia, embora a historiografia já tenha tentado esse movimento em alguns trabalhos acadêmicos, onde ressaltamos três:

O primeiro é o estudo pioneiro de Maria Cristina Teixeira Machado, intitulado *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*, publicado em 1990 a partir de sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás em 1987. A autora analisa Pedro Ludovico a partir do seu contexto histórico e social, o que resultou em um trabalho inédito, já que, até então, havia vários trabalhos “de muito valor, abrangendo o período histórico da vida de Pedro Ludovico, mas não houve ainda um que partisse da análise de sua figura” (MACHADO, 1990, p. 20).

O segundo trabalho é de autoria de Marilena Julimar Fernandes e intitula-se *Percursos de Memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira*, escrito como dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia e defendido em 2003. A partir da autobiografia de Pedro Ludovico, a autora analisou tanto o seu autor quanto o contexto em que a biografia deste foi produzida, a partir de discussões como memória, silêncio e esquecimento, entendendo a obra como “um texto político e de protesto que, ‘além de voltar ao passado’ para reconstruir sua imagem evidencia os confrontos, os debates e os ressentimentos que Ludovico sentia” (FERNANDES, 2003, p. 20).

Por fim, o trabalho intitulado “*A história não perdoa os fracos*”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira, de Rildo Bento de Souza, defendido como tese de doutorado em 2015, também no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Embora a análise perpassasse um período maior da vida de Pedro Ludovico, de 1930 a 1979, o objetivo do trabalho não contempla a produção de uma biografia ou de uma *trajetória* da personagem e sim da análise de uma “teia discursiva que permitiu que ele se perpetuasse na memória de Goiás, tornando o primeiro grande mito fundador do Estado” (SOUZA, 2015, p. 19). Como parte da teia discursiva, o autor analisou livros, filmes, monumentos, e a constituição de um museu para compreender como se engendrou o processo de construção mítica de Pedro Ludovico.

Os três estudos elencados acima não tiveram o objetivo de fazer uma biografia de Pedro Ludovico, e sim de ressaltar momentos da sua vida, de 1930 a 1945 no primeiro, de 1930 a 1973 no segundo, e de 1930 até o presente no terceiro trabalho. Isso evidencia que a *trilha* seguida por esses trabalhos foi a mesma defendida por Pedro Ludovico em sua autobiografia. Esse discurso foi comprado pela história, principalmente no que tange aos acontecimentos da Revolução de 1930, como evidenciou FERNANDES (2003), no terceiro capítulo de sua dissertação de mestrado; bem como pela memória e pelo discurso do patrimônio, como desenvolveu SOUZA (2015), no terceiro e quarto capítulos de sua tese de doutoramento.

Porém, se a utilização pelo historiador da autobiografia *Memórias* foi tratada como documento, cujo contexto de produção, ausências e escolhas dos fatos narrados, foram amplamente debatidos dentro de uma metodologia e objetivos bem delineados, o mesmo não ocorreu quando esse mesmo documento foi utilizado como base para a escrita das biografias do médico e político goiano. Nessa perspectiva, destacam-se dois livros que tiveram o objetivo de preencher essa lacuna de informações em relação à personalidade de Pedro Ludovico, para além do seu próprio testemunho. É sobre os trabalhos de José Mendonça Teles e Hélio Rocha que tratamos a seguir.

O trabalho de José Mendonça Teles intitula-se *A vida de Pedro Ludovico: fundação de Goiânia*; valho-me da segunda edição, “corrigida e ampliada”. O enfoque do livro não é esmiuçar ou problematizar a trajetória pessoal e política de Pedro Ludovico; pelo contrário, o objetivo é oferecer uma narrativa leve e poética, voltada para o público escolar, como explica no início do livro:

Meu intuito era despertar na juventude os feitos notáveis desse bandeirante que tirou o Estado de Goiás de um velho baú, decadente e carunchado e o entregou ao futuro devidamente reconstruído e energizado na honradez de sua história. [...] Agora, após doze anos decorridos, a (editora) me pede uma segunda edição, mais didática, sem sair do estilo crônica, para atender às indagações dos alunos (TELES, 2004, p. 11).

A biografia de Pedro Ludovico é contada, apenas, nos dez primeiros capítulos, dos dezesseis da obra, que começa com um retrato romântico de Vila Boa; passa pela educação que recebeu; ressalta a vida no Rio de Janeiro, como aluno de medicina; depois o mostra casado e conspirando em Rio Verde; enfoca a prisão na

Revolução de 1930 e como se transforma em Interventor; mostra “o sonho” com a construção de uma nova capital; o “nascimento de Goiânia”; o Batismo Cultural; a cassação política; e a morte do “estadista”.

Tudo feito didaticamente, visando apresentar Pedro Ludovico às novas gerações. Seus 87 anos de existência foram resumidos em 47 páginas, das 141 que enfeixam a obra. Os capítulos curtos foram construídos de forma a não permitir a contestação daquela vida, uma vez que trazia muitas citações do livro *Memórias* de Pedro Ludovico, e, para evidenciar ainda mais o caráter lúdico, todos os capítulos se encerram com uma poesia, que complementa o que foi brevemente abordado. Na narrativa, Pedro Ludovico ganhou adjetivos pomposos, tais como “guerreiro” (TELES, 2004, p. 44), “bandeirante” (IDEM, p. 11), “estadista” (IDEM, p. 46), e “construtor de futuros” (IDEM, p. 23).

A partir da página 48, o livro se estrutura em pequenas crônicas cuja protagonista é a jovem capital de Goiás, ressaltando o seu processo de construção e a “saga” dos pioneiros e “sonhadores” (TELES, 2004, p. 54). “O subtítulo – Fundação de Goiânia – acrescentado a esta edição, tem tudo a ver com a ampliação do livro” (IDEM, pp. 11). Ademais, foi inserido um questionário, com perguntas e respostas sobre a história de Goiás desde o início da colonização, porém, com maior enfoque para Pedro Ludovico e Goiânia. Outrossim, um pequeno álbum com trinta e seis fotos ilustram a Cidade de Goiás, Goiânia e seus pioneiros. Ao final, aparecem as letras e as partituras dos hinos, o Brasão e a Bandeira, tanto do Estado de Goiás como da sua capital.

A segunda biografia, de autoria do escritor e jornalista Hélio Rocha intitula-se: *Tu és Pedro: uma biografia de Pedro Ludovico Teixeira*, lançada em 2016. O livro se assemelha muito ao publicado por José Mendonça Teles nos aspectos formais, com capítulos curtos, e letras grandes. Com 572 páginas, a obra apresenta 120 capítulos, com dezenas de fotografias. Um livro cuja intenção é, apenas, ressaltar os pontos positivos da vida de Pedro Ludovico e relativizar, e muito, os negativos, tais como os fatos envolvendo a violência ou até mesmo a sua relação com os adversários políticos.

Um dos grandes problemas dessa biografia é que os capítulos curtos dão a impressão de terem sido pensados de forma isolada, sem conexão com os demais. Os eventos aleatórios envolvendo Pedro Ludovico se multiplicam e tentam compreender o máximo a vida do personagem. Em contrapartida, um dos aspectos mais interessantes da obra é o respeito que o autor trata as várias pessoas que circundam o universo de Pedro Ludovico, dando a muitos deles um capítulo à parte com suas pequenas biografias⁵. Outro aspecto positivo são as dezenas de fotografias que servem como ilustração do que está sendo narrado. Infelizmente, não há nenhuma análise mais aprofundada sobre elas e muito menos a fonte de onde foram retiradas.

Nesse sentido, o livro de José Mendonça Teles, embora muito menor em número de páginas, consegue apresentar Pedro Ludovico de forma mais coerente e estimulante. Sua ligação com o político, que serviu de motivo para a escrita do texto, torna-o muito mais carregado de significados. Na biografia de Hélio Rocha, este não se presta a escrever as motivações do livro, que não possui introdução e apresentação; a narrativa começa com um panorama político de Goiás até 1930, e, logo após, já parte para a infância e juventude de Pedro Ludovico. Nesse ínterim, o livro segue a mesma linha da biografia da lavra de José Mendonça Teles.

Porém, as intenções de Hélio Rocha, com a sua biografia, se desnudam logo nas primeiras páginas, e se intensificam ao final da obra: defender Pedro Ludovico e o envolver numa atmosfera mítica. Àqueles que perseguiram e se opuseram ao político durante o início da sua vida pública, o biógrafo utiliza-se de adjetivos desabonadores para descrevê-los, como ocorre, por exemplo, ao então delegado de Rio Verde, Eckonvaldo de Barros, que o autor descreve como “a pessoa mais maldosa de Goiás daquele tempo”, e o que o mesmo “cometeu arbitrariedades também em Jataí, Mineiros e na Serra do Cafezal, fazendo prisões de pessoas que não apoiavam o caiadismo” (ROCHA, 2016, p. 105). Sobre Antônio Ramos Caiado, o Totó Caiado, o autor afirma:

(...) o fazendeiro Antônio Ramos Caiado, o Totó Caiado, patriarca de uma família rica e poderosa, que mandava, desmandava e nomeava o presidente do Estado, hoje denominado governador do Estado. Totó foi senador e nomeou os presidentes das províncias, hoje denominados municípios. Não se decidia nada, não se nomeava ninguém sem a aquiescência do senador Totó Caiado (ROCHA, 2016, p. 319).

A defesa da memória de Pedro Ludovico, por parte de Hélio Rocha, encontra-se em capítulos bem assertivos, como “Ideologicamente um homem tolerante”, onde Pedro Ludovico era definido como “um socialista bastante moderado”, já que estava cercado de pessoas de esquerda e, também, de muitos conservadores (ROCHA, 2016, p. 215); “Pedro não alterou o projeto de Atílio”, que aborda a resposta do filho de Pedro Ludovico, Goiano Borges Teixeira, à Ana Maria Diniz, arquiteta que em sua tese de doutorado

⁵ Tais como Braz Abrantes, que financiou parte dos estudos de Pedro Ludovico no Rio de Janeiro; Antonio Martins Borges, sogro que o influenciou a entrar para a política; Totó Caiado, adversário político; Atanagildo de Queiroz França, amigo pessoal; Mário de Alencastro Caiado, membro da junta de governo logo após a vitória dos revolucionários em 1930; Emílio Francisco Póvoa, desembargador; Domingos Netto de Vellasco, político aliado e depois adversário de Pedro Ludovico, dentre outros.

afirma que houve alterações substanciais no projeto arquitetônico de Goiânia feito pelo urbanista Atílio Corrêa Lima⁶ (IDEM, p. 251); “Pedro vence uma forte resistência”, sobre os que se opunham a transferência da capital (IDEM, p. 277); “Neto lembra-se do avô companheiro”, com as memórias do neto de Pedro Ludovico, Mauro Borges Teixeira Júnior (IDEM, p. 427); “A política e o uso do revólver”, em que defende o fato de Pedro Ludovico andar sempre armado (IDEM, p. 431); “A reportagem irreal sobre o jaguncismo”, em que o autor trata a respeito de uma matéria sobre os jagunços da revista *O Cruzeiro*, de 1951, como sensacionalista e incorreta por trazer a imagem de Pedro Ludovico na abertura da reportagem (IDEM, p. 447); “A vida econômica e financeira de Pedro”, que aborda o fato de ele não ter ficado rico com a vida pública (IDEM, p. 467); “Pedro continuou sendo respeitado”, sobre a vida do político após sua cassação e perda dos direitos políticos pela Ditadura Militar (IDEM, p. 527).

Nas trilhas da autobiografia

A autobiografia de Pedro Ludovico Teixeira se sustenta em dois pilares, quais sejam, a Revolução de 1930 e a construção de Goiânia. Embora o livro recue um pouco no tempo ou o estenda para além disso, é a partir desses dois temas que Pedro Ludovico assenta o seu discurso de vencedor que o recoloca como o protagonista dos destinos do Estado.

Na obra de José Mendonça Teles, nos dez capítulos, ou 32 páginas, que se dedicam à vida de Pedro Ludovico (sem contar os poemas que fecham cada capítulo o que diminui muito o número de páginas que se restringem de fato à biografia), existem sete citações diretas da autobiografia *Memórias*. No capítulo que trata especificamente da sua atuação na Revolução de 1930, há duas longas citações que mostram a valentia e a coragem de Pedro Ludovico, como nas passagens: “Era nossa intenção atacar o destacamento policial e tomar as suas armas” e “Ao deixar a prisão apareceram-me os Drs. Zaquel Crispim e César Bastos, dizendo aquele que tinha ordens de me conduzir a Goiás, e que sentia muito prazer em abraçar um homem digno como eu” (LUDOVICO, apud TELES, 2004, p. 26-27). Ademais, há de se ressaltar que, nesses dez capítulos, dois se remetem, diretamente, à Revolução de 1930, e três a Goiânia, a cidade construída por Pedro Ludovico.

Do mesmo modo, no volumoso livro de Hélio Rocha, dos 120 capítulos, dezesseis narram os antecedentes, o desenvolvimento e as consequências da Revolução de 1930 em Goiás, ou seja, desde quando Pedro Ludovico se vinculou, politicamente, contrário à oligarquia Caiadista até o momento em que assumiu a chefia do Executivo estadual como Interventor. O processo de construção e consolidação da nova capital, por sua vez, também ocupou grande parte da obra, com trinta capítulos.

Por conseguinte, a importância desses dois fatos: a Revolução de 1930 e a construção de Goiânia, evidencia que os dois autores percorreram a trilha já aberta pelo próprio Pedro Ludovico na sua autobiografia. Como ressaltai páginas atrás, em relação às 313 páginas da obra, o médico e político vilaboense dedicou 22 páginas ao processo revolucionário e 187 à nova capital. Ou seja, são 209 páginas para abordar, apenas, treze anos, o período compreendido entre 1929 e 1942.

Em sua biografia, José Mendonça Teles deslocou o homem do seu meio familiar, ou seja, o homem privado é escondido, tal qual ocorreu na autobiografia. Hélio Rocha, por sua vez, tentou inserir Pedro Ludovico no seu contexto histórico, enfeixando aspectos familiares e pouco explorados da sua vida. Deve-se destacar que ambos os autores partilharam do convívio de Pedro Ludovico; em determinado momento da sua obra, por exemplo, o escritor José Mendonça Teles narrou o último encontro que teve com ele poucos dias antes da sua morte:

Cheguei à sua casa da Rua 26 e fui levado até a sala de visitas, onde me esperava, assentado num amplo e antigo sofá. Ao ver-me tentou levantar-se, mas eu o impedi: “Não, Dr. Pedro, fique à vontade. Vim convidá-lo para a minha posse na Academia Goiana de Letras, no dia 17 de agosto próximo”. Ele que, quando de minha eleição, não podendo comparecer, mandou uma bela carta (publicada em meu livro, *Um rio dentro de mim*), e prometeu ir à posse, desde que o lembrasse à época. Pedi-me que eu assentasse perto dele, para conversarmos. Ele estava eufórico, contou-me alguns lances de sua vida, falou de poesia, citou Bilac, Castro Alves, Gonçalves Dias e Raimundo Correia, como seus poetas preferidos. Recitou

⁶ Atílio Corrêa Lima (1901-1943) foi o primeiro urbanista brasileiro formado em Paris. Foi responsável por desenvolver o plano Urbanístico de Goiânia entre 1933 e 1935. Sobre ele Pedro Ludovico diz o seguinte na sua autobiografia: “como já manifestei, o Estado de Goiás ainda estava muito atrasado, muito falho de recursos de toda a espécie, para se pensar em construir uma cidade moderna. Técnicos especializados não existiam. Tivemos que contratá-los em São Paulo e Rio, mas sempre tendo em vista a insignificância de nossas rendas. De sorte que, sendo informado de que havia chegado ao Rio, diplomado em curso de pós-graduação na Sorbone, um arquiteto brasileiro, o Dr. Correia Lima (...), pusemo-nos em contato com ele e o contratamos para fazer a planta e supervisionar todas as atividades necessárias à construção da cidade. Homem muito moço, muito educado, cumpriu perfeitamente as cláusulas do contrato, entregando-se com todo esforço e boa vontade ao papel que lhe foi cometido. Infelizmente, não pôde permanecer muito tempo na sua missão, voltando ao Rio, perecendo em um desastre de avião” (TEIXEIRA, 1973, p. 78).

alguns versos do poema “Orgulhosa”, atribuído a Trasíbulo Ferraz: “Deixa-te disso, criança,/ Deixa-te disso, sossega,/ olhe que a vida é um oceano/ por onde o acaso navega”. (TELES, 2004, p. 88-89).

Hélio Rocha também descreve um encontro com Pedro Ludovico em outubro de 1973, que encontrava “à véspera de completar 82 anos, mas ainda bastante lúcido, com os direitos políticos suspensos pela ditadura militar”. Na ocasião, o político concedeu uma entrevista ao jornalista “em sua fazenda de Rio Verde”. Em sua fala, por exemplo, Pedro Ludovico lembrou a “resistência criada contra a mudança da capital para Goiânia, afirmando que a História exigiu que fosse muito duro” (ROCHA, 2016, p. 281).

Ao alicerçar suas narrativas em cima dos dois pilares fundamentais da autobiografia de Pedro Ludovico, a Revolução de 1930 e Goiânia, os seus biógrafos assentam e corroboram a sua versão dos fatos. Goiânia não existiria sem a Revolução de 1930 que, por sua vez, colocou Pedro Ludovico no poder por meio de um golpe de Estado. Por isso, nesse último tópico, enfocarei a questão da construção do revolucionário Pedro Ludovico nas duas biografias e como elas seguiram as linhas centrais da sua autobiografia, bem como ressaltarei um exemplo com base nos seus primeiros movimentos no executivo estadual.

O início da subida de Pedro Ludovico ao poder ocorreu com a derrota da Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, para o candidato da situação representado por Júlio Prestes nas eleições presidenciais de março de 1930. Na ocasião, Pedro Ludovico, como candidato ao congresso, também saiu derrotado das urnas. Essas eleições marcaram o fim da alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais, conhecida como “política do café com leite”, em vigor desde os primórdios da República. Minas Gerais, que pelo acordo deveria indicar o candidato a presidente, apoiou o gaúcho de São Borja diante da escolha de Júlio Prestes pelo presidente Washington Luís, ambos paulistas.

Descontentes com a derrota, alguns setores da Aliança Liberal buscaram uma aproximação com o movimento tenentista⁷. Em meio à conspiração revolucionária, em 26 de julho de 1930, João Pessoa, candidato a vice de Getúlio Vargas, fora assassinado em Recife, por motivos passionais e não políticos, porém, mesmo assim “ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava. Nos meses seguintes, a conspiração recrudescer com a adesão de importantes quadros do Exército” (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 406).

Com início em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, em 03 de outubro de 1930, o processo revolucionário se alastrou, rapidamente, por todos os Estados, a partir das oligarquias oposicionistas e, no caso de Goiás, seu representante máximo foi Pedro Ludovico. Em 24 de outubro, generais do Exército depuseram Washington Luís da Presidência da República, criando uma Junta Provisória de Governo. Embora tenham tentado permanecer no poder, a Junta Provisória, sob pressão dos revolucionários, passou o cargo para Getúlio Vargas em 03 de novembro de 1930.

De acordo com José Murilo de Carvalho, o episódio descrito acima “certamente não se tratou de uma revolução”, porém, “foi sem dúvida o acontecimento mais marcante da história política do Brasil desde a Independência” (CARVALHO, 2006, p. 89). Entretanto, os historiadores, desde então, na trilha do discurso dos vencedores, analisaram o evento a partir desse termo e não como um golpe, que é o que ela representou de fato. Sônia Regina de Mendonça, por exemplo, tratou o termo entre aspas, ressaltando que foi um golpe que “resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder” (MENDONÇA, 1990, p. 322).

Nesse sentido, como afirma Boris Fausto, ocorreu “uma troca da elite do poder, sem grandes rupturas”. Ademais, caíram “os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais” (FAUSTO, 2010, p. 182). Pedro Ludovico se encaixa na categoria de “técnicos diplomados”, já que cursou medicina e pertencia ao grupo político que se encontrava completamente alijado do poder até 1930.

Em seu estudo sobre a Revolução de 1930 em Goiás, Ana Lúcia da Silva (1982) defende que não houve uma revolução e sim uma alternância de oligarquias no poder. Essas oligarquias dissidentes, contrárias ao Caiadismo, realizaram o seu sonho de poder; sonho que não foi possível alcançar de forma legal, pelo voto. Inspirados pelo movimento armado conduzido pela Aliança Liberal, as oligarquias dissidentes “não tiveram dúvidas em lançar mão das armas e, graças a elas, derrubaram a oligarquia que controlava Goiás por mais de duas décadas” (SILVA, 1982, p. 157).

⁷ Em junho de 1922, “o Clube Militar lançou um protesto contra a utilização pelo governo de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou o fechamento do Clube Militar, com fundamento em uma lei contra as associações nocivas à sociedade. Esses fatos precipitaram a eclosão do Movimento Tenentista, assim conhecido porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário do Exército — tenentes em primeiro lugar e capitães” (FAUSTO, 2010, p. 172). “Embora de natureza estritamente militar e corporativista, o tenentismo despertou amplas simpatias, por atacar as oligarquias estaduais. (...) Os “tenentes” tinham uma concepção política que incluía o assalto ao poder como tática de oposição. Mesmo depois de 1930, quando tiveram intensa participação política, mantiveram a postura golpista alheia a mobilização popular” (CARVALHO, 2006, p. 66).

Ao analisar o mesmo fato, Nasr Fayad Chaul (2010) defende que não houve, simplesmente, uma alternância de oligarquias no poder. De acordo com o seu argumento, os grupos que acenderam ao poder em 1930 “tinham de descobrir formas político ideológicas que os distinguíssem dos grupos depostos”, o que ocorreu com a ideologia do progresso. Outrossim, na sociedade da época, emergiu um líder que reunia o fazendeiro e o profissional liberal, e que representava “uma nova ordem, de novos homens, com jalecos e leis, remédios e construções”, substituindo “a velha ordem oligárquica”. Esses novos homens, que estudaram nos grandes centros do País e do exterior, “dariam ao estado uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. Era o espelho dos anos 30 refletindo em Goiás”. Outro fator defendido pelo autor era que esses novos grupos que ascenderam ao poder não eram iguais às oligarquias da Primeira República, “pois tinham uma mentalidade urbana” (CHAUL, 2010, p. 203).

Noutra perspectiva, Nôe Freire Sandes (2003) salienta que a maioria dos escritos sobre a Revolução de 1930 “está vinculada ao desejo de memória, alimentado pelos homens que participaram do movimento. Portanto, memória e pensamento histórico partilham da árdua tarefa de interpretação do passado” (SANDES, 2003, p. 153). Ao ressaltar sua proeminência durante o processo revolucionário, Pedro Ludovico utiliza, constantemente, o subterfúgio da memória. Uma “memória histórica”, que, na acepção de Maurice Halbwachs, é a formação de uma memória oficial, ou institucional, que é imposta a partir da manipulação do poder, e é apropriada e ressignificada pela história (HALBWACHS, 1990).

E uma vez no poder, Pedro Ludovico criou, com a ideia da construção de uma cidade e transferência da capital, uma força capaz de impulsionar o discurso do progresso no seu governo. Nesse sentido, Luís Palacin (1986) foi preciso ao afirmar que tanto a Revolução como seu Interventor em Goiás encontravam-se “espremidos entre a urgência do presente e a andadura pachorrenta de uma revolução não revolucionária” e a nova capital, portanto, representou “uma força motriz, desestabilizadora e exigente de esforço, capaz de produzir súbitas inversões sociais”. Ou seja, Goiânia seria “uma revolução permanente, onde não houvera revolução” (PALACIN, 1986, p. 86).

Nessa “revolução não revolucionária”, a ideia da construção de Goiânia foi tomada de súbito, já que Pedro Ludovico nunca escreveu nenhuma linha sequer na defesa de uma nova capital durante os anos em que esteve como editor de um jornal oposicionista em Rio Verde. Entretanto, em sua autobiografia, ele afirma que a ideia da mudança da capital era “alimentada desde menino” (TEIXEIRA, 1973, p. 40). E é tentando sacramentar a sua versão dos fatos que os dois livros biográficos de Pedro Ludovico concentram demasiado esforço. Ao discorrer sobre os motivos que o levaram a se tornar um revolucionário em 1930, Pedro Ludovico assume:

(...) acompanhava a situação dominante — o Caiadismo. Mantinha-me apolítico. Embora me sentisse revoltado com a falsa democracia que existia em todo o Brasil e em Goiás, continuava afastado das lides políticas, para não provocar aborrecimentos ao meu sogro. Chegou a tal ponto a minha repugnância pela situação, que não mais resisti e tomei atitude. Meu sogro não me impediu de assim agir. Eu, Ricardo Campos, Dr. Almeida Barros, advogado militante, Atanagildo França, Teódulo Emrich fundamos o jornal “O Sudoeste” e começamos a criticar os erros da política e da administração do Estado, onde imperava uma famiocracia. Basta lembrar que Antônio Ramos Caiado era Senador da República, Brasil Caiado, irmão deste, Presidente do Estado, Joviano Alves de Castro e Lincoln Caiado de Castro, Deputados Federais, respectivamente, cunhado e sobrinho-genro do Senador. (...) Pouca gente tinha coragem de combater o Caiadismo. A maior parte do povo estava insatisfeita, mas só alguns pequenos grupos, na velha Goiás, em Rio Verde, em Inhumas, punham as mangas de fora. As eleições eram um escárnio, uma brincadeira. Colocavam-se nos postos onde se realizavam os sufrágios, um Tenente de Polícia e dois soldados. Ao entrar, o eleitor recebia de um dos mesários um envelope fechado, que continha o seu voto e o colocava na urna. Muitas vezes, nem a esse trabalho se davam. Chamavam umas três ou mais pessoas, inclusive os transeuntes, que assinavam os nomes dos eleitores, para “efeito legal”. Era o regime escandaloso das atas falsas. Aliás, isso acontecia no Brasil inteiro. Não somente isso o que me indignava, sobretudo, a falta de garantias que sofriam os que não se conformavam com esse estado de coisas, as perseguições de que eram vítimas (TEIXEIRA, 1973, p. 26-27).

Em suas memórias, Pedro Ludovico creditou ao sistema político da época e à violência praticada pelos detentores do poder, personificada em Totó Caiado, a sua entrada para a política, que ocorreu a partir do seu trabalho como editor em um jornal oposicionista. Esses fatos foram cuidadosamente reafirmados na biografia de José Mendonça Teles:

O senador Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado) mandava em Goiás havia muitos anos. A insatisfação reinava no Estado, e poucos tinham coragem de combatê-lo. As eleições eram dirigidas por soldados da Polícia Militar, sob o seu comando, com atas duvidosas e o resultado das urnas era sempre o mesmo. Isso acontecia em todo o Brasil. Em Goiás, apenas alguns municípios faziam-lhe oposição, como Rio Verde, tendo à frente o senador Antônio Martins Borges, sogro de Pedro Ludovico, homem abastado e líder regional. À medida em que crescia a oposição de Martins Borges ao regime caiadista, Pedro Ludovico, médico e alheio aos políticos, foi se interessando pelo assunto, até que um dia abraçou de

vez a causa oposicionista. Por essa época, já integrava o corpo de redatores do jornal *O Sertão*, que circulava em Rio Verde. (...) Estava acesa a chama revolucionária (TELES, 2004, p. 25-26).

E também na biografia de Hélio Rocha:

havia se casado com a filha de um senador estadual, Antônio Martins Borges, que integrou o partido governista, mas rompeu e se tornou na época oposicionista e combatente do chamado caiadismo. Pedro se manteve distante da atividade política, mas começou a se sentir atraído por ela, verificando que, de modo geral, no País em seu todo faltava democracia, as eleições pelo sistema chamado bico de pena eram uma verdadeira falsidade e em Goiás havia uma oligarquia no poder (ROCHA, 2016, p. 104-105).

É interessante ver como cada um dos biógrafos, à sua maneira, resgatam da autobiografia o que julgam de mais importante para a construção da personalidade de Pedro Ludovico. De acordo com as duas biografias, nas trilhas da autobiografia, a vida política de Pedro Ludovico se iniciou quando ele percebeu as arbitrariedades que os poderosos cometiam e o frágil sistema eleitoral, que possibilitava fraudes. Sobre esse último quesito, Pedro Ludovico afirmou que “isso acontecia no Brasil inteiro”, também reafirmado por José Mendonça Teles “isso acontecia em todo o Brasil”, e por fim, por Hélio Rocha, “de modo geral, no País em seu todo faltava democracia”. Podemos observar que o motivo primordial que fez Pedro Ludovico entrar para a política e combater o caiadismo foi uma crítica ao sistema eleitoral e político; entretanto, ele mesmo se candidatou e foi, nas eleições de 1930, o candidato mais votado da oposição, mas, mesmo assim, não foi eleito. Sua justificativa para encampar uma “revolução” de natureza golpista ocorreu quando não conseguiu se eleger pelo sistema eleitoral que tanto criticara em sua autobiografia.

Ademais, para além da revolução de 1930, e da eleição indireta pelos deputados em 1933, Pedro Ludovico apoiou o golpe de 1937, também liderado por Getúlio Vargas, com o nome de Estado Novo, um governo ditatorial com traços fascistas. Pelo apoio, mais uma vez, Pedro Ludovico ganhou do presidente a Interventoria de Goiás. A forma como ele assumiu o governo por três vezes, portanto, por vias indiretas e pela ausência do sufrágio popular, torna a sua compreensão do sistema eleitoral antes de 1930 um argumento muito frágil para ser usado como justificativa para o seu ingresso na política. Porém, tais questionamentos ou qualquer outra crítica entre o discurso vitorioso de Pedro Ludovico e as suas ações que contradizem seus argumentos não foram sequer discutidos nas duas biografias.

Por fim, outra similaridade entre as três obras refere-se ao momento em que Pedro Ludovico assumiu o governo em 1930. Sobre isso ele diz: “uma plêiade de jovens foi escolhida para auxiliares da minha administração. (...) tinham pouco mais de vinte anos. Todos inteligentes e idealistas” (TEIXEIRA, 1973, 41). José Mendonça Teles reforça: “Pedro Ludovico organiza o seu secretariado convocando os jovens, muitos deles com pouco mais de vinte anos (...) todos idealistas” (TELES, 2004, p. 32). Mais de duas décadas depois do lançamento da primeira biografia, Hélio Rocha reafirma: “Pedro estava então com exatos 39 anos e organizou seu secretariado convocando jovens, alguns com apenas pouco mais de 20 anos” (ROCHA, 2016, p. 137).

Pressuponho que a intenção de ambos os biógrafos em relação à escolha desse trecho em específico têm a ver com a renovação projetada por Pedro Ludovico na política goiana. É como se quisessem com isso afirmar que antes dele os “jovens idealistas” não tinham lugar no governo, porém, o fazem sem analisar ou mesmo trazer dados, assim como, no tema anterior, para refutar ou ratificar as palavras de Pedro Ludovico. Por mais que intenção de ambos não seja um trabalho biográfico na esteira dos pressupostos de Bourdieu, por exemplo, a aceitação do discurso vencedor em sua autobiografia tampouco contribui para a complexidade do personagem que foi Pedro Ludovico Teixeira.

Considerações finais

O relato de Pedro Ludovico é uma autobiografia política, ou seja, com um recorte bem específico que teve início em 1930, com uma breve retrospectiva da sua infância e adolescência apenas para ressaltar a sua formação escolar e nunca sua família, como mãe, irmãos, avós. Seguindo esse mesmo caminho, suas biografias possuem poucas variações tanto entre si quanto entre a principal fonte delas, o livro *Memórias*.

Nesse sentido, os trabalhos biográficos de autoria de José Mendonça Teles e Hélio Rocha foram escritos tomando a autobiografia *Memórias* como verdade incontestável. Sem uma análise aprofundada, as duas biografias se sustentam como uma extensão da autobiografia, reafirmando percepções de mundo de Pedro Ludovico, se pautando na sua versão dos fatos, aprofundando em um passado já previamente selecionado por ele, ressaltando suas qualidades, relativizando seus defeitos e o projetando como um herói.

Ambas as biografias, tanto a de José Mendonça Teles quanto a de Hélio Rocha ressaltam a memória heroica de Pedro Ludovico como um homem correto, corajoso, admirável e de conduta moral impecável. Sem espaço para a contradição, os episódios da vida do político desfilam pelas páginas dos livros, que mais parecem

monumentos a serem contemplados e não interrogados. Ao final da leitura de ambos, o leitor pode finalmente dizer que, se o povo ainda precisa de seus heróis, Goiânia tem o dela bem fundamentado.

Referências

- ALMEIDA, Francisco Alves de. A biografia e o ofício do historiador. In: **Dimensões**, vol. 32, 2014, p. 292-313.
- ARAÚJO, Paulo Dias de. Esclarecimento do Editor. In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2ª Ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973, p. 07-08.
- BARRETO, Roseli de Fátima Brito Netto. **As estratégias da memória em Goiás: Política Cultural e criação do Museu Pedro Ludovico**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o Longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. UFG, 2010.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2010.
- FERNANDES, Marilena Julimar. **Pedro Ludovico x Antônio (Totó) Ramos Caiado: memórias, ressentimentos, esquecimentos e silêncios (1930-1970)**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia 2013.
- _____. **Percursos de Memórias: A trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-415.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- JOZEF, Bella. (auto)biografia: os territórios da memória e da história. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1998, p. 295-308.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da República Oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História geral do Brasil**. 9ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 316-326.
- PALACÍN, Luís. **Quatro tempos de ideologia em Goiás**. Goiânia: Cerne, 1986.
- ROCHA, Hélio. **Tu és Pedro: uma biografia de Pedro Ludovico Teixeira**. Goiânia: Kelps, 2016.
- SANDES, Noé Freire. 1930: Entre a memória e a história. In: **História Revista**. Nº 8 (1/2). Goiânia: Ed. da UFG, 2003, p. 143-160.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e Regimes de historicidade. In: **Revista Métis: história e cultura** – v. 02, n. 03, jan./jun 2003, p. 57-72.

SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

SOUZA, Rildo Bento de. **“A história não perdoa os fracos”**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 2015.

_____. Os usos do passado na escrita de si: a memória da Revolução de 1930 em Goiás na autobiografia de Pedro Ludovico Teixeira. In: **Expedições**: Teoria da História e Historiografia. V. 09, n. 04, set./dez. 2018, p. 90-103.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2ª Ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.

TELES, José Mendonça. **A vida de Pedro Ludovico**. Fundação de Goiânia. 2ª edição. Goiânia: Kelps, 2004.

Recebido em 15/06/2020

Aceito em 06/08/2020